

IMPLANTAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA: UMA CONDUTA DO GOVERNO FEDERAL

A expansão da agropecuária em Rondônia

Vinícios Leite de Campos¹
Jocasta Fernandes Magalhães²

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar as consequências decorrentes da expansão da agropecuária em Rondônia, que está intimamente relacionada com a ação do Estado através de projetos públicos de colonização da Região e incentivos fiscais. Para visualizar espacialmente algumas transformações no espaço rondoniense, foram elaborados materiais cartográficos que evidenciaram o aumento populacional em Porto Velho, o crescente desmatamento da floresta amazônica na região, bem como, o crescimento da taxa da produção bovina. Verificou-se que o estado de Rondônia se destaca na produção da pecuária e essa atividade é uma das responsáveis da elevação da economia rondoniense.

Palavras-chave: Expansão da agropecuária, Rondônia, ações estatais.

Introdução

O Estado como protagonista das intervenções na sociedade estabelece uma grande importância no desenvolvimento dos grupos sociais, no desenvolvimento econômico e principalmente na manutenção do sistema capitalista, isso se dá pelo fato de ser um órgão que detém o poder e os mecanismos de decisão. O crescimento econômico sempre esteve presente nos planos do governo, e o investimento no setor agrícola foi impulsionado a partir do momento em que tal setor é visto como retardatário, necessitando uma atenção especial do Estado para contribuir de maneira significativa com o objetivo principal que consiste em crescer economicamente e manter a ordem.

Desde então é notável a ação do Estado através de políticas públicas de financiamento agrícola, política tecnológica para o setor rural e projetos de colonização de várias regiões do Brasil, visando a produção de capital. Neste sentido, este trabalho tem como objetivo analisar as consequências decorrentes da expansão da agropecuária em Rondônia, que está intimamente relacionada com a ação do Estado através de projetos públicos de colonização da Região. Para isso, foram utilizados dados censitários do IBGE nas elaborações cartográficas de modo a evidenciar a expansão da criação de gado entre 1996 e 2006, o aumento da

¹ Faculdade de Geografia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, viniciusc campos_01@hotmail.com

² Faculdade de Geografia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, jocastafernandes2014@gmail.com

população, bem como, o crescimento econômico e o desmatamento de uma extensa área da floresta amazônica. Além disso, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre a ação do Estado no campo e sobre as reestruturações espaciais a partir da difusão de uma atividade econômica.

A Ação do Estado na ocupação das terras rondonienses

O estado de Rondônia situa-se na Região Norte do país com a maior parte da sua superfície territorial de ocorrência da floresta amazônica.

A agropecuária é uma atividade econômica que tem atuado de maneira significativa para o desenvolvimento do estado de Rondônia, esse avanço está relacionado com o projeto de colonização do Governo Federal que promoveu a distribuição de terras da região na década de 1970, atraindo muitos imigrantes e tornando aquela, uma grande área de fronteira agrícola que apresenta contradições quando consideramos sua localização, dentro da maior reserva de biodiversidade do planeta. Atualmente a produção de bovinos principalmente, tem se apresentado acima da média nacional, responsável pelo abastecimento interno e também pelas exportações, (NETO, et al 2010).

O fechamento da fronteira agrícola paranaense e a intensa modernização da agricultura no Nordeste brasileiro foram fatores que culminaram na expulsão de uma grande parcela de produtores do Sul do Brasil para a região amazônica, mais especificamente para o estado de Rondônia a fim de darem continuidade à realização das atividades agrícolas. Na década de 1970 mais de 40% dos colonos assentados em Rondônia eram oriundos do Paraná, (SOUZA e PESSOA, 2009).

A intensão de desenvolvimento do campo vem sendo discutida em vários planos de governo, para a Amazônia brasileira, foi criado em 1966 a SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento do Amazonas), com o objetivo de integrar aquele vasto território com o resto do país. Os investimentos em projetos aprovados pela SUDAM até 1977 eram quase que totalmente financiados pelo Estado, de acordo Martins (1991).

Até julho de 1977 a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia havia aprovado 336 projetos agropecuários, nos quais seriam investidos 7 bilhões de cruzeiros. Dessa importância, apenas 2 bilhões correspondiam a recursos próprios das empresas enquanto os restantes, 5 bilhões (mais de 70% do total) eram provenientes dos chamados incentivos fiscais (MARTINS, 1991 p.46)

O I PND explicitava a necessidade da integração física, social e econômica do estado do Amazonas com o Nordeste, através da construção da Transamazônica, que atuou

intensamente no processo de ocupação das terras rondonienses. A partir do II PND que é institucionalizada a proposta dos polos de desenvolvimento rural, que consiste em uma maneira planejada de organização do espaço a fim de que, se promova com o auxílio da técnica a ocupação e exploração eficiente de uma região (DELGADO 1985).

O Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNICA) compreende, basicamente, a exploração agropecuária, agromineral e agroindustrial dos recursos da região amazônica, contando com as linhas especiais de incentivos fiscais dedutíveis do imposto de renda para aplicação em projetos privados de exploração econômica (DELGADO, 1985 p. 109).

No que concerne ao estado de Rondônia, os projetos que atuaram em sua ocupação, foram inúmeros. Inicialmente, o PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste), que facilitava o acesso às terras, por meio de crédito para formação de projetos de colonização ao longo das rodovias-tronco no norte do estado do Mato Grosso e Rondônia, cujos beneficiários foram os imigrantes sulistas que adquiriram propriedades maiores para produção. Os projetos estatais que mais atuaram no avanço da fronteira econômica consistiam em projetos fundiários, com o intuito de manter as terras sob posse do governo e ser disponibilizadas para o investimento de grandes empresas capitalistas (SOUSA FILHO, 1996).

Entre vários projetos de colonização destaca-se o POLONOROESTE (Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil), criado mais recentemente com o objetivo de desenvolvimento rural em Rondônia e em novas regiões do Mato Grosso (DELGADO 1985). No entanto as populações tradicionais na altura da implantação deste projeto já haviam sido altamente prejudicadas e esquecidas frente aos projetos integrados e dirigidos de colonização que precederam o POLONOROESTE. Este projeto foi implantado com o suposto objetivo de amenizar os conflitos por terra nos dois estados, porém os investimentos foram direcionados para a construção de infraestruturas viárias, contribuindo para a degradação ambiental, e ampliando as desigualdades sociais (SOUZA e PESSOA, 2009).

Os grandes projetos públicos realizados pela POLONOROESTE e o PLANAFLORO (Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia) moveram recursos financeiros do Banco Mundial e também da sociedade civil, repassados ao estado por intermédio do governo federal. Sob o comando do projeto da POLONOROESTE, foram realizadas a amplificação da malha viária e as estruturas que garantem a logística da produção agropecuária, como a construção da BR – 364, ligando os municípios de Vilhena a Porto Velho e seguindo em direção ao estado do Acre (MEC, 2017). Contudo os investimentos públicos realizados nessas

obras não refletiram em melhoria para as populações tradicionais locais, pois estavam relacionadas diretamente aos grandes produtores agropecuários decorrente da migração sulista.

O estado de Rondônia através do projeto de colonização consolidou uma organização social nas proximidades das rodovias, formando núcleos urbanos e implantando estruturas de serviços públicos como o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), a EMATER (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural), escolas, posto de saúde, além de estruturas de serviços privados para atender a demanda da produção como os postos de gasolina, oficinas e comércio de artigos de modo geral. O avanço desse projeto provocou a formação dos municípios e a grande ocupação no território (MEC, 2017). Essa estrutura de ocupação e colonização favorece os grupos madeireiros, a atividade da biopirataria e os grileiros de terra. Nesse momento, ocorre uma ausência do Estado em promover políticas públicas que possa contribuir para o desenvolvimento atividades da população tradicional que resiste às margens da economia agropecuária em larga escala.

Os projetos de colonização e desenvolvimento econômico, não previram a um aumento populacional exorbitante, provocando problemas relacionados aos recursos naturais como a contaminação de mananciais e do solo; assim como problemas estruturais associados às condições precárias sobre o abastecimento de água, esgoto e a favelização; e problemas sociais diretamente ligados à deficiência do sistema de saúde e de educação, fruto da desorganização e descontrole dos projetos estatais.

Observa-se então a ação do Estado em favor do crescimento econômico e conseqüentemente em função de guardião da ordem capitalista e da preservação do futuro desta organização. Fica explícito que o Estado atua privilegiando determinados grupos, principalmente aqueles que detêm maior poder, portanto que possuem maior peso nas decisões políticas, (NETO, 1997), desconsiderando os impactos negativos sobre a classe majoritariamente camponesa. A perspectiva de ocupação foi impulsionada pelos novos processos produtivos instituídos no campo e as novas relações capitalistas de produção que alastraram os cerrados brasileiros chegaram à Amazônia por uma iniciativa do Estado.

A intensificação populacional em Porto Velho

O processo de crescimento populacional no território está diretamente relacionado à estrutura social da economia (PASSOS, 2003). O estado de Rondônia é marcado por dois momentos de intensa migração, com motivos diferentes. O primeiro está diretamente ligado

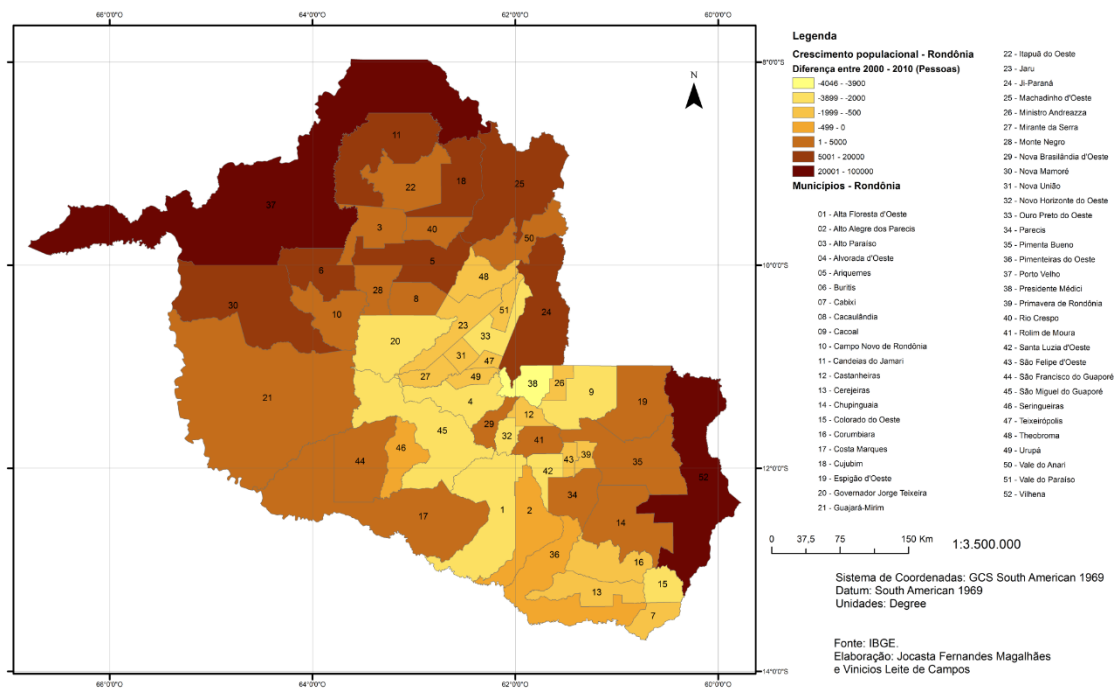
ao ciclo da borracha, nas primeiras décadas do século XX. Essa movimentação de imigrantes ocupou principalmente na proximidade do Rio Madeira e do município de Porto Velho. Na crise da borracha, influenciado pela concorrência da Malásia no internacional, acontece o declínio da capacidade produtiva no estado e no país, causando uma marginalização da dinâmica econômica em algumas regiões de Rondônia.

O segundo momento de migração marcante em Rondônia acontece a partir dos anos 70 com auge em 80, caracterizado pelo processo colonização pública conduzida pela esfera federal e estadual. Essas ações públicas estavam sendo conduzido pelo Plano de Integração Nacional, projeto caracterizado por uma política desenvolvimentista organizado pelo governo federal, com finalidade central de intimidar as tensões sociais geradas pela modernização conservadora da agricultura na região Sul do país, implantando atividades agrícolas modernas, complexas, diversificadas e industrializadas, resultando em altas taxas de concentração fundiária e de renda, aumentando o processo de êxodo rural.

Essa condição de exploração do território apresenta um cenário de conflitos entre os índios e seringueiros contra os migrantes, que motivado pelas ações dos órgãos públicos, desenvolveu fortemente a devastação ambiental. Segundo os técnicos da SEPLAN (Secretaria Estadual de Planejamento) e o PLANAFLORO (Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia), a população cresceu de 100 mil habitantes em 1970 para 500 mil habitantes em 1980, com taxas de crescimento anual girando em de 16% ao ano (MEC, 2017).

Com a presença e incentivo do Estado no processo de colonização em Rondônia, acentua-se uma nova dinâmica territorial, social e ambiental, consolidando uma regionalização centrada na formação das mesorregiões do Leste Rondoniense e a Madeira-Guaporé delimitada pelo IBGE. A mesorregião Leste Rondoniense é uma área com grande ocupação de pessoas e corresponde a 90% do valor da produção pecuária e 87% do valor da agricultura (MEC, 2017).

Rondônia no período de 1980 até 1991 tinha o crescimento de 7,89% ao ano. De 1991 em diante, a taxa de crescimento populacional foi reduzido fortemente para 1,68% ao ano, caracterizado pelo esgotamento da fronteira agrícola. Conforme o CENSO, o estado de Rondônia aumentou a população de 1.380.952 para 1.562.409 habitantes. Esse processo de crescimento da população foi direcionado as regiões Norte, Nordeste, Oeste e Leste de Rondônia. Por outro lado, as regiões Centro Sul e Sudeste do estado tiveram as maiores taxas de decréscimo dos seus municípios, como demonstra o mapa 1 abaixo:



Mapa 1. Taxa de Crescimento Populacional do Estado de Rondônia entre 2000 e 2010

Entre 2000 – 2010, as maiores taxas de decréscimo da população do Estado de Rondônia estão concentradas nos municípios de Presidente Médici, Governador Jorge Teixeira, Colorado do Oeste, Cacoal, com taxas de decréscimos de 3.000 até 4.000 pessoas, o maior desses municípios apresenta uma população de 70.000 pessoas. Além desses municípios, outros 22, mostraram taxas negativas de crescimento populacional, dos 62 municípios presentes no estado de Rondônia. Em contrapartida, no mesmo período de Porto Velho, aumentou 93.000 mil pessoas. Os municípios que apresentaram crescimento mais próximo no estado de Rondônia foram Vilhena e Ariquemes, com aumento de 22.604 pessoas e 15.850 pessoas, respectivamente.

Esses dados de crescimento populacional extraídos do CENSO 2000 – 2010 caracterizam e demonstram a ocupação concentrada em torno dos principais centros econômicos municipais do estado. E os esvaziamentos da população em vários municípios causados pela falta de dinamismo econômico na região, provocam a fragilidade da oferta de trabalho, o enfraquecimento do consumo e problemas maiores relacionados às estruturas socioeconômicas. Nesse momento, a presença do Estado por meio de políticas públicas é fundamental para conduzir o organismo das estruturas sociais prejudicadas pela conformação da centralidade da economia e também do poder político, presente principalmente na figura

dos grandes proprietários de terra que tem em sua maioria seus interesses favorecidos pela lei, sejam relacionados à questão agrária, a exploração dos recursos naturais e até mesmo associado à regularização do trabalho.

Considerando o contexto histórico do estado de Rondônia, podemos perceber a forte influência do Estado nacional a frente de projetos e planos desenvolvimentista atuando de acordo com interesses de classe, principalmente da econômica sulista caracterizando o crescimento populacional e a expansão da cultura agropecuária mediado pela a abertura de campo. A importância desse momento para a região pode ser entendida pela frase “quem não desmatava perdia sua terra” (FREITAS, 2013), para a agricultura e pecuária, favorecendo a expansão da criação do gado bovino, a produção leiteira e a instalação de indústrias processadora do leite.

A expansão da Agropecuária e o desmatamento.

O interesse do Estado nacional e também dos agropecuaristas sulistas em promover o processo de colonização no estado de Rondônia, acontece pela oferta de terras com vasta extensão, o clima quente e a disponibilidade de recursos naturais necessários para a produção, principalmente a água, estimulando os proprietários rurais a investirem na pecuária e também na produção de leite, na qual se constitui a principal fonte de renda para o pequeno produtor rural de subsistência.

A pecuária bovina se desenvolve com rapidez principalmente a partir da década de 1980, realizando atividades de corte e leite.

A produção agropecuária no estado de Rondônia representava 37% da área territorial do Estado em 1995. Naquele momento, o avanço do setor ainda frequentava problemas de acessibilidade em determinadas regiões e áreas que estavam sob proteção do Estado. Deste modo, a expansão aconteceu com maior intensidade em regiões próximas a malha viária e os estabelecimentos agropecuários produziam em pequena escala, onde 62% de estabelecimentos ainda preservavam a área fechada da floresta (MEC, 2017). Embora a região esteja em constante avanço da pecuária, no decorrer da pesquisa, não foram observados conflitos entre pecuaristas e produtores da agroindústria.

Com relação à pecuária, Rondônia destaca-se como o segundo criador na região Norte, com um rebanho estimado em 3.937.291 cabeças em 1996. A prática da atividade é extensiva, onde os pastos alcançaram em 1985, aproximadamente dois milhões de hectares na Amazônia

e, baseado no desenvolvimento da produção, existem hoje em Rondônia diversos frigoríficos (MEC, 2017).

A pecuária de leite se desenvolveu principalmente em estabelecimentos de pequeno e médio porte, devido ao baixo valor de custo da produção, tendo em vista as baixas exigências tecnológicas. Porém, essa atividades econômica está desencadeando a expansão da indústria de laticínio. A produção do leite exigiu a especialização da mão-de-obra, além da melhoria dos meios de transporte e da infraestrutura local para facilitar o acesso das 44 indústrias de laticínios de grande, médio e pequeno porte, que abastecem o mercado interno de Manaus. A produção de leite bovino em Rondônia foi verificado pela SECOM, 2009 apud INJIPA, 2010:

O estado de Rondônia tem sido o maior produtor de leite no cenário nacional. Os dados apresentados pela EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) apontam que em 2009, o Estado foi responsável pela produção anual de 747 milhões de litros de leite, o que resulta em uma média de 487 litros da bebida por habitante por ano, totalizando 1,4 milhões por ano.

O Censo Agropecuário de 1996 aponta para a significativa expansão de pastagem plantada, com registro de avanço em 1,7 milhões de hectares no período de 1985 a 1995, demonstrando a pecuarização do estado de Rondônia no período e, ao mesmo tempo, uma redução das áreas de lavouras (SEPLAN, 2000 apud MEC, 2017).

A pecuária foi a atividade do setor primário que mais se expandiu nos últimos anos no estado, especialmente a bovina, que atualmente tem capacidade de satisfazer o consumo interno e também oferecer os excedentes para a exportação. Tanto a atividade da pecuária de corte como a pecuária de leite vem apresentando alto nível tecnológico, evoluindo mais rapidamente em conjunto com a expansão das áreas de pastagens.

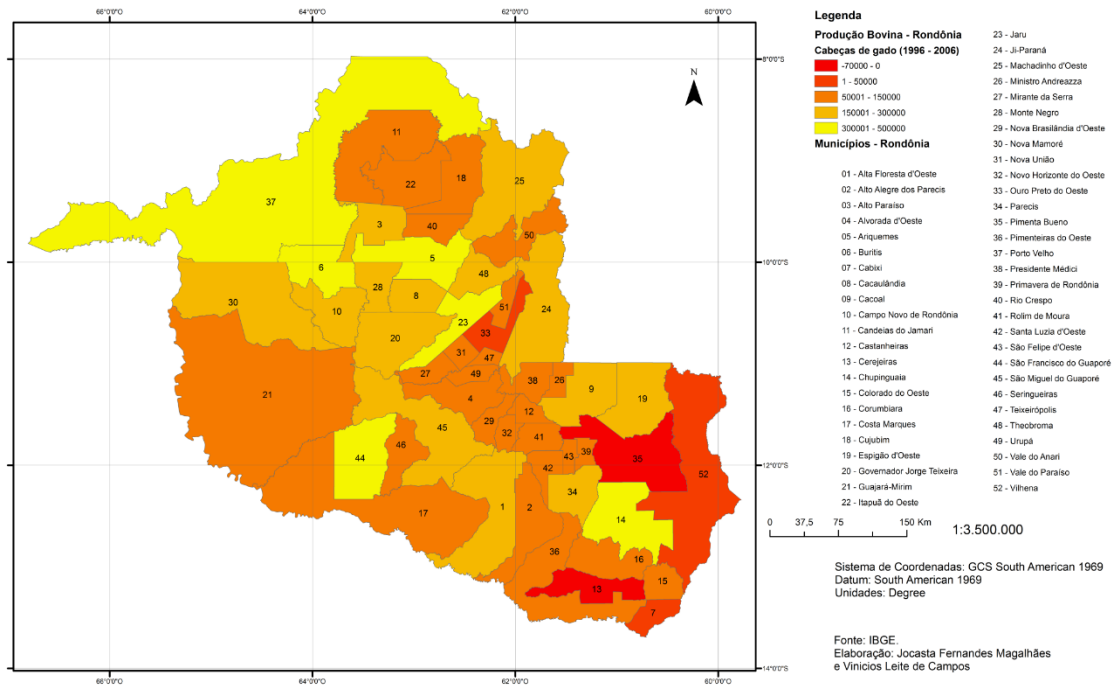
O total de cabeças, segundo a divulgação preliminar do Censo Agropecuário de 2006, era de 8.649.683. A relação de animais por área de pastagem de 1,7 cabeça/hectare estava muito acima da média nacional (0,98), demonstrando o caráter relativamente intensivo da atividade no estado. A presença de uma unidade da Embrapa, com diversos projetos voltados para o desenvolvimento da pecuária, certamente tem contribuído para a elevação dos índices técnicos da atividade em Rondônia. Outro aspecto importante para o desenvolvimento da atividade é a instalação de diversas unidades de laticínios e frigoríficos (SEPLAN, 2000 apud MEC, 2017).

O contexto de criação da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) é fundamental para compreender o desenvolvimento da política econômica da agropecuária no Brasil. A Empresa criada pelo governo federal com a finalidade de acelerar o processamento

da produção, do abastecimento e também da expansão do mercado consumidor externo. Deste modo, percebemos que a empresa desenvolve tecnologias para a melhoria da produção e pesquisa científicas atrelada as grandes universidades que oferecem estrutura, pesquisadores, materias de apoio, além de utilizar mão-de-obra barata por meio de programas de bolsa de estágio dos universitários que ainda estão em formação, transmitindo o discurso de aumento produtivo acompanhado o desenvolvimento sustentável.

O valor da produção pecuária em Rondônia, a partir do Censo Agropecuário de 1996, foi de 180,3 milhões. Desse valor de produção, os estabelecimentos pecuários entre 10 a 100 hectares, representavam 46% do total, mostrando a importância da pequena produção no estado de Rondônia. Além disso, o Sensor rural Seade em 1991, apontava que a demanda de 90 % de trabalhadores do setor agropecuário estava destinado a cultura bovina, com predominância para atividades de leite e corte (MEC, 2017). O mapa abaixo apresenta o avanço do processo de pecuarização do estado de Rondônia identificando a diferença de entre o número de cabeças de gado de 1996 – 2006.

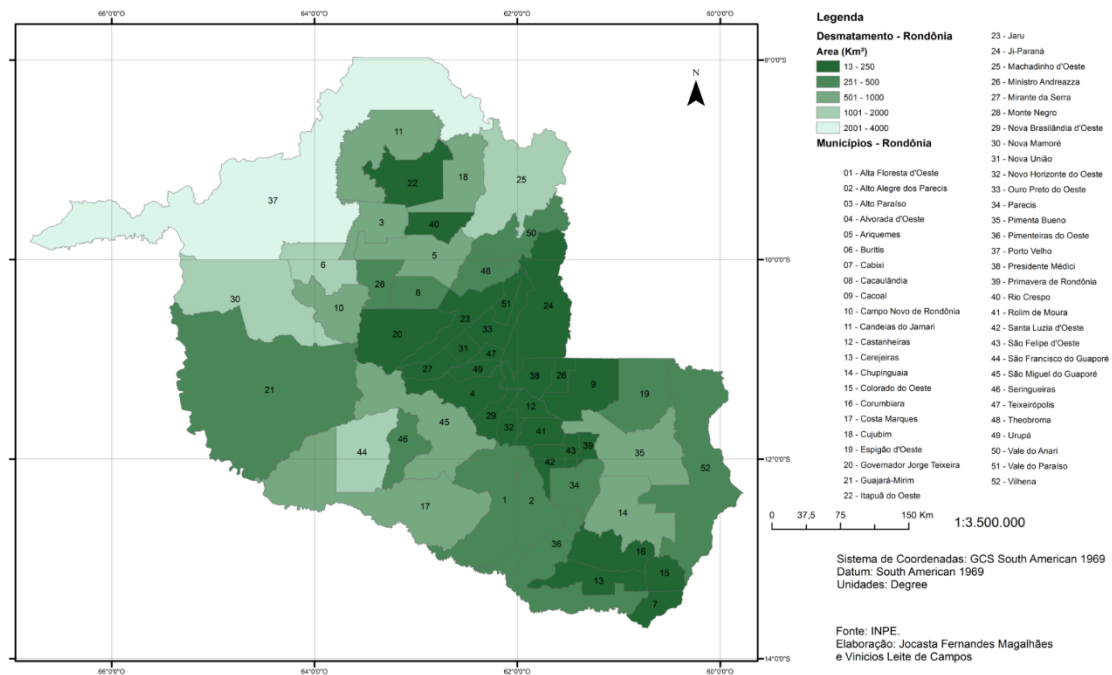
Mapa 2. Taxa de Produção do Bovina no estado de Rondônia 2000-2010



Podemos observar a predominância do crescimento de cabeças de gado do ano de 2000 para 2010, com destaque para a eixo Norte, Centro-Norte, nas proximidades com o município de Porto Velho. Entre os municípios que apresentaram os maiores crescimentos na produção de gado em Rondônia estão Porto Velho, São Francisco do Guaporé, Buritis, Jaru, Ariquemes, Chupinguaia, girando em torno de 476.639 até 300.000 cabeças de gado. A produção bovina de 150.000 até 300.000 cabeças de gado estão concentradas em 13 município, Nova Mamoré, Ji-Paraná, Espigão D'Oeste, Campo Novo de Rondônia, Monte Negro, Theobroma, Alta Floresta D'Oeste, Governador Jorge Teixeira, Cacoal, Cacaúlândia, Alto Paraíso, Machadinho D'Oeste, Parecis, São Miguel do Guaporé. Já a produção bovina com de 50.000 até 150.000 cabeças de gado estão presentes em 26, dos 52 municípios do estado de Rondônia. Apenas Cabixi, Ouro Preto do Oeste e Vilhena, apresentam menos de 50.000 cabeças de gado. O decréscimo da produção aconteceu nos municípios de Pimenta Bueno, com registro de queda de 24.571 cabeças e o município de Cerejeiras que registrou uma queda de 68.451 cabeças de gado.

Até o ano de 2010, o estado possuía um rebanho bovino de 11.484.162 de cabeças de gado, em que 8.107.541 cabeças são destinadas à atividade com finalidade de corte e 3.376.621 com finalidade leiteira, sendo o 7º maior produtor de leite do país e o 5º maior exportador de carne bovina do Brasil, de acordo com a ABRAFRIGO (Associação Brasileira de Frigoríficos), superando estados tradicionais, como Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina (FREITAS, 2017).

A dinâmica demográfica e a concentração de terras destinada ao desenvolvimento agropecuário do estado de Rondônia, conforme observado nos mapas acima, são fatores que influenciam no desmatamento da floresta amazônica, tendo em vista o crescimento populacional, a expansão da área urbana, implantação de infraestruturas e empresas de bens de serviços. No entanto, o desmatamento da vegetação do estado de Rondônia e da Amazônia como todo está fortemente ligado com a expansão, principalmente da criação de gado e da agricultura em larga escala. Neste sentido, é possível comparar o desmatamento com a expansão da pecuária em Rondônia, embora os dados sejam de anos diferentes, através do censo agropecuário de 1996 e 2006, nota-se uma relação com o desmatamento observado entre os anos de 2000 e 2010.



Mapa 3. Crescimento do desmatamento em (Km²) no Estado de Rondônia entre 2000 – 2010

Observa-se o crescimento do desmatamento entre os anos de 2000 para 2010, maiores taxas estão concentrados principalmente na região Norte, Noroeste e Nordeste do estado, mais precisamente nos municípios de Porto Velho, Nova Mamoré, Machadinho D' Oeste, São Francisco do Guaporé e Buritis que registrou desmatamento de 1000 até 4000 Km², sendo que o maior município em Área territorial é Porto Velho, com 34.631 Km² e o menor município em Área territorial é Buritis com 3.315 Km². Em 8 municípios o registro de desmatamento ficou entre 1000 até 500 Km², na direção Norte, Sul e parte do Sudeste do Estado, precisamente em Costa Marques, Cujubim, Candeias do Jamari, Campo Novo de Rondônia, São Miguel do Guaporé, Pimenta Bueno, Ariquemes, Chupinguaia e Alto Paraíso, sendo que a extensão territorial desse municípios não ultrapassam 8.200 Km². Entre os 52 municípios do estado de Rondônia, 37 deles apresentam extensões territoriais de até 5000 Km² e 25 apresentam taxas de desmatamento de 13 Km² até 250 Km².

A Amazônia brasileira apresenta as maiores taxas de desflorestamento no mundo tropical nos últimos anos, Rondônia por situar nessa região também vem sofrendo esse

processo. O Estado Nacional e Estadual protegem por meio da criação de unidades de conservação, seja pelo uso indireto onde a exploração dos recursos é proibida e formam parques, reservas ou áreas de refúgio da vida animal. Assim como, a criação de espaços que de uso direto que permite a exploração controlada dos recursos naturais. Ainda que existam essas unidades de conservação, há uma forte pressão de natureza dos grandes proprietários de terra, principalmente pelo acesso aos recursos hídricos e pela extensão do território para ampliar a produção agropecuária.

Vale ressaltar que os governos municipais por todo Brasil, sofrem diretamente com a pressão dos empresários e grandes proprietários de terra, tendo em vista que os mesmos respondem pelo giro da economia local, oferecendo basicamente empregos locais e contribuição com impostos e consumo de bens e serviços. Mediante a isso, nos deparamos com a lei orgânica, que em momentos pontuais alteram algumas determinações em razão da forte pressão dos grandes proprietários, justificando a atuação do Estado na manutenção do capital de acordo com os interesses da classe dominante.

É evidente que a política desenvolvimentista adotada da década de 1960 – 1970, por meio de programas de incentivo de crédito, de infraestrutura e de propriedade de terra com finalidade de aumento da produção agropecuária, gerou a criação de um circuito econômico muito atrelado a essa produção e deixou os municípios reféns desse predomínio de capital, dificultando o desenvolvimento outra dinâmica econômica. O exemplo dessa situação está a criação de polos agroindustriais em diferentes regiões do estado. O desenvolvimento industrial de Rondônia está baseado em poucos segmentos, principalmente em benefício da madeira. São basicamente essas as produções mais significativas para a economia local de Rondônia, que promovem maior articulação com o comércio e a prestação de serviços ao Estado. Em contrapartida promovem o desmatamento das áreas com recursos naturais, alterando a dinâmica ambiental local. Outras atividades econômicas como a construção civil, moveleiro, confecções e a metalurgia também aparecem na economia do estado.

Métodos e Procedimentos

Este estudo é de caráter qualitativo, consistiu em contextualizar as ações do Governo por meio de políticas e projetos públicos incentivando a expansão da agropecuária em prol do desenvolvimento econômico, cuja atividade influenciou diretamente nas transformações da organização socioterritorial dos municípios percebidos através dos dados do Censo Agropecuário de 1996 e 2006, assim como nos Censo de 2000 – 2010. Por este motivo foi trabalhado nesse intervalo de tempo, sem deixar de mencionar os anos anteriores que foram desenvolvidos práticas políticas que conjecturou o cenário atual. Deste modo, foi analisado dados estatísticos e a produção cartográfica, a prática econômica da pecuária ocorridas em todo estado de Rondônia, destacando na evolução temporal a dinâmica populacional, o desmatamento e expansão da pecuária, fatores diretamente impactos com a implantação da atividade econômica agropecuária, principalmente no que diz respeito a produção bovina.

Considerações Finais

De acordo com fatores analisados, nota-se que a estruturação socioeconômica do estado de Rondônia esteve diretamente ligada com a chegada de um grande fluxo migratório, que impulsionou a expansão da agropecuária, por meio de projetos de ocupação via colonização sulista e políticas econômicas incentivadas pelo Estado, produzindo consequências como a expansão da cultura agropecuária mediado pela abertura de campo.

A base política desenvolvimentista adotada da década de 1960 – 1970, criou as estruturas para aumentar a produção e a propriedade de terra com finalidade de produção agropecuária, em que o circuito econômico tornou-se atrelado a essa produção e deixou os municípios reféns desse predomínio de capital, dificultando o desenvolvimento outra dinâmica econômica.

A dinâmica demográfica, a concentração de terras e a expansão produtiva agropecuária do estado de Rondônia são fatores que influenciam no desmatamento da floresta amazônica, tendo em vista o crescimento populacional, a expansão da área urbana, implantação de infraestruturas e empresas de bens de serviços. Deste modo, o desenvolvimento da pecuária teve um papel fundamental para a solidificação da economia do estado tendo como principais agentes o gado de corte e o gado leiteiro, fazendo com que a economia se elevasse em pouco tempo tornando Rondônia, líder de

corde da região Norte, líder nacional em produtividade de leite, 7º maior produtor de leite nacional e a 5º maior exportadora de carne do Brasil.

REFERÊNCIAS

DELGADO. C. G.; **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965-1985**. Ícone Editora. São Paulo, 1985.

FREITAS, R. **O papel da Pecuária na economia de Rondônia**. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAFMDYAB/economia-papel-pecuaria-na-economia-rondonia>>. Acesso em: 04 maio 2017.

INJIPA. RONDÔNIA: **Estado é líder na produção de leite**. 2010. Disponível em: <http://portal.cpafrro.embrapa.br/a_unidade/apresentacao/>. Acesso em: 05 maio 2017.

Ministério da Educação. Rondônia. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/190-secretarias-112877938/setec-1749372213/12562-rondonia>>. Acesso em: 02 maio 2017.

NETO. W. G.; **Estado e Agricultura no Brasil, Política Agrícola e Modernização Econômica Brasileira 1960-1980**. Editora Hucitec. São Paulo, 1997.

PAIVA, A. L. B; LEITE, A. P. M. R. **Da emigração à imigração? Uma análise do perfil migratório brasileiro nos últimos anos**. Disponível em: <<http://www.dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4766649.pdf>>. Acesso em: 27/04/2015.

PASSOS, C. B. M. **Princípios de Economia**. São Paulo: Pioneira Thonson Learning. 2003.

MARTINS. J. S. **Expropriação e Violência a questão política no campo**. Editora Hucitec. São Paulo, 1991.

NETO, R. M. M.; TADEUCCI, M. de S. R.; QUINTAIROS, P. C. R.; OLIVEIRA, E. A. de A. Q.; **Tecnologia e a Agropecuária de Porto Velho – Rondônia um Estudo de Caso**, 2010.

SOUSA FILHO, F. R. **Política agrária brasileira durante os anos de autoritarismo na transformação do espaço da fronteira amazônica: o exemplo de Rondônia**. In: Encontro de Pesquisadores da Amazônia, VIII, 1996, Porto Velho, Anais... Porto Velho: UFRO, 1996.

SOUZA. M. M. O.; PESSÔA. V. L. S. **A CONTRA-REFORMA AGRÁRIA EM RONDÔNIA: colonização agrícola, expropriação e violência**. Anais do V Encontro de grupo de Pesquisa. Disponível em: http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/vengrup/anais/1/Murilo%20Mendonca_NEAT-UFU.pdf. Acesso: 05 de maio de 2017.

WALKER, R.; DEFRIES, R.; VERA-DIAZ, M. D. C.; **A Expansão da Agricultura Intensiva e Pecuária na Amazônia Brasileira**. 2009. Disponível em:



<https://daac.ornl.gov/LBA/lbaconferencia/amazonia_global_change/5_A_Expansao_Agricultura_Walker.pdf>. Acesso em: 08 de maio 2017.